

A DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO E IDADE DA POPULAÇÃO DE MASSANGANO, ANGOLA 1795-1829

Carolina Perpétuo Corrêa*  

Pesquisadora independente

Este artigo teve inspiração em um trabalho publicado em 1992 por David Eltis e Stanley Engerman, intitulado “Was the slave trade dominated by men?”.¹ Na ocasião, os autores escreveram com o intuito de desafiar “uma das poucas máximas inquestionáveis que a historiografia mais recente compartilha com a mais antiga”: a ideia de que “homens adultos representavam a maior proporção dos enviados pelo tráfico transatlântico”.² Embora o escopo desta pesquisa seja completamente diferente, ela também desafia um pressuposto comumente aceito pela historiografia, o de que a demografia das áreas de África afetadas pelo comércio atlântico de escravizados era caracterizada por um excesso de mulheres em suas populações. Esse argumento com frequência se baseia no pressuposto de que, como a maioria dos cativos exportados eram homens, havia uma predominância de mulheres entre as populações remanescentes, especialmente nos grupos etários intermediários, o que proporcionava taxas de fecundidade suficientes para suprir o tráfico com escravizados e as elites locais com dependentes sem causar despovoamento.

* Uma primeira versão da pesquisa foi apresentada na Conferência da Associação de Estudos Lusófonos, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, 1 jul. 2022. O texto foi redigido quando a autora participava de Residência Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais em 2022, sob supervisão da professora Vanicléia Silva Santos. Agradeço, pela cuidadosa leitura do manuscrito, a Tracy Lopes, Estevam Thompson e José Curto. Sou grata também aos pareceristas anônimos da Revista Afro-Ásia, que muito contribuíram para o seu aprimoramento.

- 1 David Eltis and Stanley L Engerman, “Was the Slave Trade Dominated by Men?”, *Journal of Interdisciplinary History*, v. 23, n. 2 (1992), pp. 237-257. 
- 2 Todas as citações em inglês foram traduzidas pela autora. Eltis and Engerman, “Was the Slave Trade Dominated by Men?”, p. 237.

Por um lado, algumas pesquisas apoiadas em evidências empíricas oriundas de fontes de viagens e de populações de escravizados das Américas demonstraram que mais homens que mulheres eram embarcados em África e desembarcados do outro lado do Atlântico.³ Por exemplo, Paul Lovejoy e David Eltis, que discordam sobre a cronologia e a extensão dos impactos econômicos do comércio de escravizados para as regiões africanas nele envolvidas, concordam em relação aos aspectos fundamentais da demografia das exportações de seres humanos. Ambos sustentam que a razão de masculinidade das populações exportadas para as Américas tendeu a aumentar ao longo do tempo e que, em algum momento, houve uma ruptura para razões de sexo ainda mais elevadas. Nesse caso, a controvérsia entre os autores se resume à determinação do momento em que a ruptura para razões de masculinidade mais elevadas teria ocorrido: enquanto Lovejoy localiza tal mudança na década de 1740, Eltis argumenta que ela teria ocorrido no século XIX, quando o comércio foi redirecionado da Costa do Ouro para o sudeste da África. Todavia, Eltis também afirma que qualquer região que ainda estivesse envolvida no comércio de escravizados nos séculos XVIII e XIX exportava uma proporção relativamente elevada de homens e meninos, que tendeu a aumentar com o passar do tempo. Lovejoy enfatiza que a África Centro-Occidental era a região onde a ruptura para uma maior proporção de homens e meninos nas populações exportadas ocorreu mais cedo e uma das poucas onde, no século XVIII, podia-se exportar dois homens para cada mulher. Tanto Eltis quanto Lovejoy acreditam que algo similar ocorreu com relação à proporção de crianças exportadas, que tendeu a aumentar no

-
- 3 Ver, por exemplo, Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 50-60; Herbert S Klein, *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*, Princeton: Princeton University Press, 1978, pp. 101, 149, 150 e 223; Daniel B. Domingues da Silva, *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867*, Cambridge: Cambridge University Press, 2017, pp. 101-111, além dos autores que serão discutidos a seguir. Para uma análise da historiografia sobre os impactos demográficos do comércio de escravizados nas regiões de África nele envolvidas, ver José C. Curto, “Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África: uma análise dos principais estudos quantitativos”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 14-15 (1991), pp. 243-277.

final do século XVIII ou no século XIX.⁴ Daniel Domingues da Silva dá continuidade a esse debate, analisando os padrões demográficos do tráfico de escravizados da África Centro-Occidental entre 1781 e 1867, baseando-se em informações oriundas do banco de dados do Slave Voyages.⁵ Sua pesquisa mostra que 68% de todos os cativos embarcados eram do gênero masculino e que essa porcentagem variava pouco com o porto de desembarque nas Américas. A proporção de homens e meninos embarcados havia aumentado significativamente durante o período de ilegalidade do comércio de cativos para o Brasil. Além disso, Domingues da Silva toma posição na controvérsia sobre o que condicionava a estrutura por gênero e idade das populações exportadas, se era a oferta africana ou a demanda americana. O autor demonstra, de modo convincente, que o lado africano do comércio, associado às pressões inglesas, que era determinante.⁶

4 Para conhecer as controvérsias envolvendo David Eltis e Paul Lovejoy e para detalhes sobre suas análises da demografia do comércio atlântico de escravizados e das regiões nele envolvidas, ver David Eltis, “Fluctuations in the Age and Sex Ratios of Slaves in the Nineteenth-Century Transatlantic Slave Traffic”, *Slavery and Abolition*, v. 7, n. 3 (1986), pp. 257-272. ; David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, New York: Oxford University Press, 1987; David Eltis, “The Volume, Age/Sex Ratios, and African Impact of the Slave Trade: Some Refinements of Paul Lovejoy’s Review of the Literature”, *Journal of African History*, v. 31, n. 3 (1990), pp. 485-482. ; Eltis and Engerman, “Was the Slave Trade Dominated by Men?”; David Eltis and Stanley L. Engerman, “Fluctuations in Sex and Age Ratios in the Transatlantic Slave Trade, 1663-1864”, *Economic History Review*, v. 46, n. 2 (1993), pp. 308-323. ; David Eltis and Lawrence C. Jennings, “Trade between Western Africa and the Atlantic world in the Pre-Colonial era”, *Atlantic Historical Review*, v. 43, n. 4 (1988), pp. 936-959. ; Paul Lovejoy, *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983; Paul Lovejoy. “The Impact of the Atlantic Slave trade on Africa: a Review of the Literature”, *The Journal of African History*, v. 30, n. 3 (1989), pp. 365-394. . Esse assunto foi discutido com mais vagar em Carolina Perpétuo Corrêa. “Cambambe, Angola, no contexto do comércio atlântico de escravizados (1790-1850)”. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p. 46-59. 

5 Ver Domingues da Silva, *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa*, pp. 108-117; Slave Voyages, disponível em: .

6 Segundo Daniel Domingues da Silva, a proporção de homens embarcados era 66% durante o período de 1781-1805; 64% durante o período de 1806-1830; 74% durante o período de 1831-1855; e 73 % durante o período de 1856-1867. Daniel Domingues da Silva concorda com Eltis e Lovejoy que, no século XIX, os cativos embarcados na África Centro-Occidental eram mais jovens que anteriormente: 11% dos cativos embarcados na região eram crianças entre 1781 e 1805; 16% entre 1806 e 1830; 53%

Análises da estrutura das populações africanas exportadoras, por sua vez, incorreram, com frequência, em generalizações, seja em termos geográficos, seja em termos cronológicos, a partir de fontes que abarcam períodos específicos, ou dizem respeito a regiões específicas, ou cobrem um território que não pode ser claramente delimitado. Estudiosos como John Thornton, Joseph Miller e Jan Vansina, cada um adotando seus próprios argumentos e suas próprias metodologias, defenderam que, na África Centro-Occidental, populações com excesso de mulheres em idade reprodutiva seriam responsáveis por taxas de fecundidade normais ou elevadas, sendo, assim, possível evitar o despovoamento, ou mesmo proporcionar pequenos aumentos populacionais e, ao mesmo tempo, fornecer cativos para o tráfico atlântico.⁷

John Thornton publicou uma análise dos efeitos demográficos do comércio de escravizados em Angola no século XVIII com base em mapas de população datados de 1777 e 1778, às quais o autor se refere como “censos”. Thornton argumentou que em razão da preferência do tráfico por homens adultos, houve grande desbalanço na distribuição por gênero das populações remanescentes, com a prevalência de mulheres nos grupos etários acima de quinze anos. Um grande contingente de mulheres em idade fértil teria permanecido em Angola, o que teria levado a taxas de fecundidade normais. O autor conclui que enquanto relativamente poucas mulheres fossem exportadas, a população seria capaz de ceder muitos cativos através do Atlântico e ainda assim permanecer estável ou até crescer modestamente, o que não significa que não pudesse haver despovoamento localizado

entre 1831 e 1855; e 36% entre 1856 e 1867. Domingues da Silva, *The Atlantic Slave Trade*, pp. 103, 104 e 115.

- 7 John K. Thornton, “The Slave Trade in the Eighteenth Century Angola: Effects on Demographic Structures”, *Canadian Journal of African Studies*, v. 14, n. 3 (1980), pp. 417-427.  John K. Thornton. “The Demographic Effect of the Slave Trade on Western Africa, 1500-1850”, in Christopher Fyfe and David McMaster (eds.), *African Historical Demography* (Edinburgh: Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1981. v. 2), pp. 691-720; Joseph C. Miller, *Way of death: Merchant Capitalism and the Angola Slave Trade, 1730-1830*, Madison: University of Wisconsin Press, 1988; Jan Vansina, “Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845”, *The Journal of African History*, v. 46, n. 1 (2005), pp. 1-27. 

em ocasiões específicas. E, segundo Thornton: “essa estabilidade no total populacional teve o custo da introdução de grandes irregularidades nas estruturas demográficas dos que ficaram para trás”.⁸ O autor acredita que as reduzidas razões de masculinidade provavelmente resultaram na disseminação da poligamia. De início, Angola teria experimentado uma explosão populacional, decorrente das elevadas taxas de crescimento causadas pela estrutura desbalanceada. Depois da supressão do comércio de escravizados para as Américas, como as taxas de crescimento populacional não eram mais contrabalançadas pela emigração forçada, as razões de masculinidade atingiram níveis “normais”, sendo acompanhadas, depois, pelas taxas de crescimento natural.

É interessante notar que Thornton constrói esses argumentos generalizantes com base em fontes datadas do último quartel do século XVIII e que abrangem uma área geográfica difícil de precisar, chegando a afirmar que boa parte das densidades demográficas da Angola contemporânea derivam desses eventos e que:

[a] análise dos censos de Angola tem implicações para o resto da África além de para Angola. Apesar de a mistura de resultados censitários para áreas que importavam e exportavam escravos nos dados Angolanos não nos permitirem vislumbrar o completo efeito do comércio em uma área que fosse fortemente atacada, os dados angolanos fornecem um panorama dos efeitos do comércio em uma vasta área. Contendo tanto atacados quanto atacantes, Angola nos dá uma ideia do efeito médio do comércio de escravizados para o sistema atlântico. Desde que outras áreas de África fossem sujeitas ao mesmo tipo de seletividade de escravos, as conclusões alcançadas para Angola podem ser cuidadosamente aplicadas a outros lugares para os quais menos dados quantitativos estejam disponíveis.⁹

No entanto, o próprio autor reconhece que os números extraídos das fontes por ele utilizadas foram obtidos por meio de uma combinação de contagens populacionais efetivas, dados obtidos de terceiros e estimativas. E conclui:

8 Thornton, “The Slave Trade”, p. 424.

9 Thornton, “The Slave Trade”, p. 427.

os números totais podem estar bem errados, e sua estrutura etária e sexual provavelmente estaria baseada em estimativas feitas pelos recenseadores. Já que esses recenseadores teriam um modelo mental baseado em seu conhecimento das principais áreas de Angola, as áreas estimadas tenderiam a ser representadas como tendo a mesma estrutura.¹⁰

Embora reconheça que os “censos” mascaram as diversidades regionais, Thornton chega a conclusões gerais a partir das informações deles retiradas e infere que eles cobrem uma vasta área geográfica sem evidências concretas.

Com base em seus trabalhos quantitativos sobre Congo e Angola, Thornton ampliou suas conclusões e construiu um modelo demográfico, segundo ele, aplicável à África Ocidental como um todo. Tal modelo previa que uma população de 368 mil habitantes poderia ceder mil adultos anualmente para o comércio atlântico de escravizados e manter uma taxa de crescimento não inferior a 0,2%, desde que três homens fossem exportados para cada mulher. Uma vez cessado o comércio de escravizados, um período de 50 anos teria sido suficiente para reestabelecer uma estrutura equilibrada e para restaurar o crescimento natural. O despovoamento ocorreria somente se uma proporção maior de mulheres ou um número mais elevado de cativos de ambos os gêneros fossem exportados, mas nenhuma das duas hipóteses se concretizou, porque governantes africanos e comerciantes de escravizados deliberadamente determinavam as proporções de homens e mulheres exportados.¹¹

A ideia de que a região abrigava uma população com excesso de mulheres que conseguiriam se reproduzir a taxas elevadas também é central para o pensamento de Joseph Miller sobre a demografia da África Centro-Ocidental. Tal noção já estava presente em um artigo publicado em 1982, no qual o autor constrói um argumento singular: o comércio de escravizados não foi o responsável pelo despovoamento, mas a miséria que prevalecia nos períodos de secas intensas. Durante os momentos de chuvas

10 Thornton, “The Slave Trade”, pp. 419-420.

11 Thornton, “The Demographic Effect”, p. 691-720; Curto, “Demografia histórica”, p. 257.

regulares, a população crescia a níveis que não seriam sustentáveis a longo prazo em condições climáticas adversas. Portanto, durante as secas prolongadas, a fome e a doença ceifavam uma porção considerável da população. Era essa população excedente que pereceria nos tempos adversos que era escravizada e enviada através do Oceano Atlântico.¹² Para Miller, a “[e]scravização removia principalmente homens adultos e deixava, portanto, a parcela feminina fértil da população na África para se reproduzir em níveis relativamente elevados”.¹³ Tal raciocínio, no entanto, não é baseado em nenhum conjunto específico de fontes.

Miller volta ao tema no livro *Way of Death*.¹⁴ O autor acreditava que em locais onde a distribuição por gênero era desequilibrada – característica das populações da fronteira da escravização e das zonas de transição, onde as pessoas tinham suas vidas afetadas pela onda de violência, fome, doença, escravização e morte – podia ocorrer despovoamento. Depois de uma ou duas gerações, a fronteira se movia para o leste, a situação se estabilizava, as terras abandonadas eram retomadas por populações nas quais predominavam mulheres em idade reprodutiva subordinadas a homens idosos polígamos. Tais populações se reproduziam a taxas elevadas o suficiente para fornecer dependentes para as elites locais e escravizados para serem exportados para as Américas. Por volta do final do século XVIII, a maior parte da população da África Centro-Occidental já estaria vivendo em comunidades estáveis a oeste da fronteira. Vale notar que o interior que figura em *Way of Death* é abstrato e que os argumentos demográficos de Miller se sustentam principalmente em dados do mapa de 1778, o mesmo utilizado por Thornton. Em outras palavras, uma única fonte de cobertura geográfica imprecisa, produzida em um único ano, leva o autor a conclusões que compreendem um amplo espectro cronológico e geográfico.¹⁵

12 Joseph Miller. “The significance of drought, disease and famine in the agriculturally marginal zones of West-Central Africa”, *The Journal of African History*, v. 23, n. 1 (1982), pp. 17-61. .

13 Miller, “The Significance of Drought”, p. 31.

14 Miller, *Way of Death*, pp. 140-170.

15 Miller, *Way of Death*, p. 770.

A ideia de um excedente de mulheres férteis que poderiam garantir um crescimento demográfico positivo presente nos trabalhos de Thornton e Miller é também partilhada por Vansina. O autor aborda as transformações sociais que teriam ocorrido em Ambaca entre 1760 e 1845, empregando, mais uma vez, um conjunto pequeno de documentos históricos produzidos em anos determinados. Os argumentos de Vansina se ancoram na premissa de que o comércio de escravizados contribuiu para o aumento na população escravizada residente e para o desequilíbrio da população remanescente, na qual as mulheres seriam muito mais numerosas do que os homens. Ele acredita que teria emergido uma matrilinearidade corporativa, juntamente com uma nova elite, na qual as mulheres predominavam, e os homens idosos controlavam crianças, escravizados e dependentes em geral. Homens mais jovens tinham maior probabilidade de serem escravizados ou recrutados como carregadores e de emigrarem.¹⁶

Acreditamos que uma melhor compreensão das dinâmicas demográficas das sociedades afetadas pelo comércio de escravizados pode ser obtida se adotarmos metodologias de pesquisa que possibilitem a análise das estruturas populacionais de territórios menores por períodos mais alargados, com base em conjuntos de fontes seriadas.

Um exemplo disso é a distribuição por gênero da população de Cambambe, presídio localizado a cerca de 200 quilômetros da costa no curso do Rio Cuanza. De acordo com dados demográficos oriundos de mapas de população semelhantes aos empregados no presente trabalho, em Cambambe as mulheres eram maioria de 1797 a 1811. Todavia, entre 1812 e 1856, a distribuição se tornou mais equilibrada e, em alguns anos, havia inclusive maior proporção de homens do que de mulheres, na contramão do que se poderia esperar. Quando a distribuição por gênero é analisada por condição social, constata-se que a população livre experimentava tendências semelhantes às da população total, com a predominância de mulheres nos primeiros anos da série, e uma distribuição mais equilibrada, com os homens prevalecendo ocasionalmente nos anos finais. Apesar de

16 Vansina. “Ambaca Society and the Slave Trade”, pp. 3-13.

haver maior flutuação na distribuição por gênero da população escravizada, em termos gerais, essa era predominantemente feminina durante todo o período estudado. Esses achados corroboram a interpretação tradicional de que, em África, havia uma preferência pela escravização de mulheres. Todavia, os dados de Cambambe revelaram que houve momentos em que a distribuição por gênero era equilibrada e outros em que havia mais homens que mulheres na população. Vale notar que Cambambe era um entreposto comercial importante na rota do rio Cuanza, umas das mais importantes do comércio de escravizados em direção a Luanda.¹⁷

Mariana Cândido estudou a demografia de Caconda, presídio localizado no interior de Benguela, a 300 quilômetros da costa, também baseando-se em mapas de população semelhantes aos utilizados no trabalho sobre Cambambe e neste artigo. Segundo a autora, a população preta era predominantemente feminina entre 1797 e 1818 e, em 1819, as mulheres representavam 71% dessa população. Essa proporção se manteve nas décadas de 1820 e 1830, com 2,4 mulheres para cada homem, mas sofreu uma inversão por volta de 1844, ano em que havia 5,4 homens para cada mulher. Em 1850, a distribuição por gênero da população preta se tornou mais equilibrada, mas ainda predominantemente masculina. A autora afirma que as mulheres, que antes constituíam a maioria da população, “simplesmente desapareceram” entre 1836 e 1844, em parte porque muitos comerciantes e proprietários de terras desciam do plateau e se estabeleciam em outros lugares, inclusive no vale do Cuanza, ao norte, levando com eles as mulheres livres e escravizadas, que constituíam a principal mão de obra responsável pelo trabalho agrícola. Diferentemente de Cambambe, Caconda manteve uma população predominantemente feminina, quadro que só sofreu alteração quando o comércio atlântico de escravizados perdeu importância na região.¹⁸

17 Corrêa. “Cambambe”, p. 283-318.

18 Mariana P. Cândido, “Enslaving Frontiers: Slavey, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850”, PhD Thesis (Doutorado em História), York University, Toronto, 2006, pp. 203-208.

Esses dados sugerem, portanto, que a predominância de mulheres nas populações afetadas pela escravização não era um fenômeno que ocorria universalmente em todos os espaços e períodos do tráfico. Gostaríamos, portanto, de verificar se os dados para Massangano seguem o padrão de Cambambe ou de Caconda, se têm sua própria dinâmica ou se confirmam a noção arraigada de que havia uma predominância de mulheres e uma baixa proporção de crianças entre populações de áreas fortemente afetadas pelo comércio de escravizados.¹⁹

Dessa forma, buscamos neste artigo examinar a estrutura por gênero da população da Vila de Massangano e sua jurisdição, utilizando mapas de população escolhidos em intervalos regulares, de modo a cobrir um pouco mais de três décadas, entre o finalzinho do século XVIII e o início do XIX, momento de importantes mudanças político-administrativas em Angola.²⁰ Propomos que, no lugar de basear a análise em uma única fonte referente a um ano específico com abrangência territorial alargada, porém incerta, muito se tem a ganhar alargando-se o intervalo temporal e, ao mesmo tempo, diminuindo-se o intervalo espacial, de modo a apreender o que efetivamente ocorria com as populações em nível local.

Analizando a demografia de Massangano: escala geográfica reduzida, intervalo cronológico alargado

O período de 1776 a 1825 foi de intenso envio de escravizados para as Américas a partir da África Centro-Occidental, conforme se depreende dos dados constantes da Tabela 1.

19 Corrêa. “Cambambe, Angola”, pp. 283-318.

20 Sobre as mudanças político-administrativas ocorridas nesse período, ver Gabriel Paquette, *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*, Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Tabela 1: Número estimado de escravizados embarcados da África Centro-Occidental e de todas as regiões envolvidas no comércio atlântico de escravizados, por períodos de 25 anos (século XVI ao XIX)

Período	África Centro-Occidental	Média de escravizados por ano	Percentual em relação ao tráfico total	Tráfico total
1501-1525	637	25	5%	13.363
1526-1550	4.225	169	8%	50.763
1551-1575	8.137	325	13%	61.007
1576-1600	104.879	4.195	69%	152.372
1601-1625	322.119	12.885	91%	352.843
1626-1650	241.269	9.651	77%	315.050
1651-1675	278.079	11.123	57%	488.064
1676-1700	293.340	11.734	41%	719.675
1701-1725	331.183	13.247	30%	1.088.909
1726-1750	556.981	22.279	38%	1.471.724
1751-1775	654.984	26.199	34%	1.925.313
1776-1800	822.056	32.882	41%	2.008.670
1801-1825	929.999	37.200	50%	1.876.993
1826-1850	989.908	39.596	56%	1.770.979
1851-1875	156.779	6.271	69%	225.610
Total	5.694.575	-	45%	12.521.335

Fonte: Elaborado a partir de dados do SlaveVoyages: Análises do tráfico de escravos > estimativas > cruzamento “períodos de 25 anos X região de embarque X apenas embarcados”. Disponível em: [\[link\]](#). Acesso em: 9 jul. 2018.

Os dados sintetizados na Tabela 1 indicam que as exportações de escravizados a partir da África Centro-Occidental estavam aquecidas no final do século XVIII e no início do XIX. Após exportações comparativamente baixas (e dados mais escassos) no século XVI, a primeira metade do XVII foi de um número elevado de embarques, com mais de 100 mil cativos em cada período de 25 anos. No Setecentos, embora a participação da África Centro-Occidental no tráfico total seja sempre menor do que no século anterior (variando entre 30% e 41%), percebemos que houve um aumento nos embarques em termos absolutos,

atingindo um volume sem precedentes e superando o nível mais elevado registrado até então de 322.119 cativos no primeiro quartel da centúria precedente. Esse número aumentou em quase 70% no período de 1726 a 1750 e continuou crescendo no período de 1751 a 1775. No último quartel do século XVIII, período que aqui nos interessa, os embarques chegaram a 822.056, o número mais alto registrado até então, com a média de quase 33 mil escravizados embarcados anualmente. Na primeira metade do século XIX, foram registradas, em termos absolutos, as maiores cifras de escravizados embarcados da África Centro-Occidental de toda a série. No período de 1801 a 1825, 929.999 cativos deixaram a África Centro-Occidental a bordo de navios negreiros, o que corresponde a embarques anuais da ordem de 37.200. Entre 1826 e 1850, foram exportados 989.908 escravizados, ou uma média anual de 39.596. Em termos de participação da África Centro-Occidental no tráfico total, os percentuais encontrados para o século XIX não chegaram aos mesmos patamares da primeira metade do século XVII, mas superaram os do século XVIII. Assim, no período de 1801 a 1825, saíram da região metade de todos os escravizados exportados através do Oceano Atlântico, e, entre 1826 a 1850, 56%.

De acordo com Daniel Domingues da Silva, o crescimento das exportações da África Centro-Occidental se deu após 1815, quando foi proibido o comércio de escravizados ao norte do Equador. Muitos comerciantes ibéricos, que antes se abasteciam de escravizados nas Baías de Benin e de Biafra, redirecionaram suas atividades para a região. Aqueles que não tinham conexões na capital passaram a atuar nos portos do norte. Houve, de acordo com Domingues da Silva, três picos no comércio de escravizados da África Centro-Occidental durante o segundo quartel do século XIX, todos relacionados aos esforços britânicos para suprimi-lo. O primeiro ocorreu no intervalo de 1826 a 1830 e foi uma resposta ao tratado com a Inglaterra, que determinava que o Brasil abolisse o tráfico três anos após a ratificação desse acordo, que ocorreu em 1827. Houve ainda um segundo pico, de 1836 a 1840, e um terceiro, entre 1846 a 1850.²¹

21 Domingues da Silva, *The Atlantic Slave Trade*, pp. 29-30.

Como esse momento de embarque de um grande volume de escravizados e de mudanças políticas teria afetado essa localidade estratégica para o comércio de escravizados, na qual a presença portuguesa era já antiga?

Para responder a essa pergunta, escolhemos como marco geográfico da pesquisa a Vila de Massangano. Localizado na confluência dos rios Lucala e Cuanza, o Presídio de Massangano, fundado em 1583, tinha um papel fundamental para a afirmação do poder português em Angola. Nos séculos XVI e XVII, a suposição de que haveria minas de prata em Cambambe fez com que o Cuanza se tornasse a principal linha de penetração portuguesa em direção ao interior. Os presídios, uma combinação de fortalezas militares e entrepostos comerciais, foram erigidos nas margens desse grande rio em pontos estratégicos, a maior parte após ocupações difíceis, em um processo de avanços não linear. Massangano serviu de local de refúgio e de reorganização das tropas portuguesas em várias ocasiões, como durante os conflitos com o Ngola (soberano do Ndongo), com a Rainha Nzinga ou com os holandeses. Durante a ocupação holandesa, tornou-se o centro da administração portuguesa, o que levou à sua transformação em vila em 1641. Nos séculos XVII e XVIII, Massangano funcionou como base militar de onde o auxílio era enviado a outros presídios em caso de necessidade.²² No fim do século XVIII, desempenhava papel central na rota comercial do Cuanza. Apesar de sua grande importância no passado da África Centro-Occidental, a história demográfica e social de Massangano tem sido objeto de pouca atenção. E tal omissão não se deve à carência de fontes históricas, que são abundantes.

22 Sobre a fundação de Massangano e dos outros presídios no curso do Cuanza, ver Carlos Couto, *Os capitães-mores em Angola no século XVIII*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 73. Sobre a miragem das minas de prata de Cambambe norteando a conquista, tornando o Cuanza a principal artéria de penetração portuguesa na segunda metade do século XVI, bem como sobre a localização estratégica de Massangano, ver David Birmingham, *The Portuguese Conquest of Angola*, London; New York: Oxford University Press, 1965, pp. 16-30. Sobre o papel de Massangano no século XIX, ver, Aida Freudenthal, José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, *Angola no século XIX: cidades, território e arquiteturas*, [Lisboa]: Edição do Autor, [2007], p. 137.

Neste artigo recorreremos a mapas de população pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.²³ O Quadro 1 mostra as fontes utilizadas na pesquisa. Tentamos cobrir intervalos quinquenais, o que nem sempre foi possível devido à indisponibilidade de fontes, seja por não existirem fontes para determinados anos, por estarem ilegíveis ou por trazerem pouca informação em determinadas categorias. De toda forma, buscamos tratar os dados de aproximadamente um mapa a cada cinco anos.

-
- 23 Sobre a coleção de manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, Portugal, referentes a Angola, ver José C. Curto, “The Angolan Manuscript Collection of the Arquivo Histórico Ultramarino; Lisbon: Toward a Working Guide”, *History in Africa*, v. 15 (1988), pp. 163-189.  A maior parte dos mapas utilizados neste artigo e listados na Quadro 1 está disponível para consulta no *website* do projeto *Counting Colonial Populations*, disponível em:  Os mapas de população eram grandes tabelas elaboradas por autoridades civis ou militares, geralmente capitães-mores ou regentes de presídios, com o objetivo de reunir informações sobre os habitantes de uma determinada jurisdição, que seriam posteriormente enviadas ao governador, que, por sua vez, as remeteria à Coroa. As informações trazidas variam de acordo com o momento e a região, mas poderiam incluir qualidade (cor), naturalidade, condição (livre, escrava), estado matrimonial, idade, militares, religiosos, oficiais civis e mecânicos, casas de pedra e cal e de palha, entre outras. Sobre o contexto de produção dessa documentação, sua estrutura, seus problemas e suas potencialidades, ver Corrêa. “Cambambe, Angola”. Ver também: José C. Curto e Raymond R. Gervais, “The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844”, *African Economic History*, v. 29 (2001), pp. 1-59. ; Paulo Teodoro de Matos, “Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750-1800. Research notes”, *Romanian Journal of Population Studies*, v. vii, n. 1 (2013), pp. 5-25. ; Paulo Teodoro de Matos; Paulo Silveira e Sousa, “A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820”, *Memórias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, v. 25, n. 1 (2015), pp. 73-103. ; Daniel B. Domingues da Silva, “The Early Population Charts of Portuguese Angola, 1776-1830: a Preliminary Assessment”, *Anais de História de Além-Mar*, v. 16 (2015), pp. 107-124. ; Ariane Carvalho e Roberto Guedes, “Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797” in Ana Silvia Volpi Scott et al. (orgs.), *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*, (São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. v. 3), pp. 129-171.

Quadro 1: Fontes utilizadas na pesquisa

Referência arquivística	Ano de referência dos dados
AHU, Angola, 1ª secção, Cx 77, Doc 85, “1792, Angola, Convenção dos Dízimos” (Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”)	1795
AHU, CU, Angola, Cx. 86, Doc. 76	1797
AHU, CU, Angola, Cx. 93A, Doc. 55	1799
AHU, CU, Angola, Cx. 112, Doc. 47/ AHU, CU, Angola, Cx. 112, Doc. 52	1804
AHU, CU, Angola, Cx. 121, Doc. 32	1809
AHU, CU, Angola, Cx. 131, Doc. 14	1815
AHU, CU, Angola, Cx. 136, Doc. 19	1818
AHU, CU, Angola, Cx. 144, Doc. 92	1823
AHU, CU, Angola, Cx. 141, Doc. 49	1825
AHU, CU, Angola, Cx. 167, Doc. 33	1829

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A população de Massangano em 1795

A fonte mais antiga utilizada é a chamada “Convenção dos Dízimos”.²⁴ De acordo com José Curto, o capitão Alpoim e Castro, responsável pela elaboração da Convenção, recebeu ordens do governador Manoel de Almeida e Vasconcellos, em 18 de julho de 1792, para criar um sistema para coletar o dízimo que fosse menos vexatório e violento para as populações locais. Ele partira de Luanda e, passando por Golungo, teria chegado a Ambaca no final de 1792, tendo lá permanecido até meados de 1794, angariando informações demográficas. Teria então rumado para Pungo, Andongo e Cambambe, chegando a Massangano no começo de 1795. Em meados

24 Curto estudou a elaboração da Convenção dos Dízimos em detalhes. ver José C. Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley, 1792-1796”, *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 23 (2018), pp. 95-117, [↗](#).

de 1796, ele teria alcançado Calumbo, voltando, por fim, a Luanda, onde compilou a fonte no final de 1796 ou no começo de 1797.²⁵

Utilizaremos a Convenção dos Dízimos como um ponto de partida. Entretanto, devemos ter em mente que os dados para Massangano, nessa fonte, derivam do perfil demográfico de Ambaca, onde Alpoim e Castro permaneceu por tempo suficiente para efetivamente contar aldeias, casas de barro e pessoas. Nos outros presídios, incluindo Massangano, ele provavelmente contou apenas as casas e projetou os dados a partir de seus achados para Ambaca.

De acordo com Curto, uma carta enviada pelo governador Manoel de Almeida e Vasconcellos a Martinho de Mello e Castro sugere que o capitão estava em Massangano em fevereiro de 1795. O autor mostra que Alpoim e Castro dividiu a população em classes, não em grupos etários. No entanto, Curto argumenta que é possível interpretar as classes como equivalentes aos grandes grupos etários empregados nos mapas de população de 1777 e 1778.²⁶ Assim, as “crias de peito, machos e fêmeas, até 5 palmos” seriam as crianças de ambos sexos até sete anos; “homens capazes de todo o serviço”, corresponderiam a homens de quinze a sessenta anos; “velhos”, a homens acima de sessenta anos; “raparigas donzelas de cinco até sete palmos”, seriam meninas de sete a catorze anos; “fêmeas capazes de terem filhos”, a mulheres de catorze a quarenta anos; e “velhas”, mulheres acima de quarenta anos. Um problema dessa classificação etária são as idades sobrepostas dos diferentes grupos etários. Embora não seja possível contorná-lo, vale lembrar que a idade aparece aqui como um indicador de em que fase da vida uma pessoa se encontrava e não como um dado numérico preciso.²⁷ A Tabela 2 resume os dados demográficos para Massangano, com base nas tabulações de José Curto:

25 Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, pp. 97-99.

26 Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, pp. 101-103.

27 Neste artigo não temos espaço para discutir o significado da informação sobre idade naquele local, naquelas circunstâncias, para aquelas pessoas. Mas salientamos que, por mais precárias que fossem as informações sobre idade constantes nos mapas, elas revelavam noções correntes sobre a fase da vida em que se encontravam os indivíduos,

Tabela 2: Demografia de Massangano em 1795

Classe	N	%
Homens		
Moleques de 5 até 6 palmos (7 a 15 anos)	2.080	13,0
Homens capazes de todo o serviço (15 a 60 anos)	2.520	15,7
Velhos (acima de 60 anos)	1.270	7,9
Total homens	5.870	36,6
Mulheres		
Raparigas donzellas de 5 até 7 palmos (7 a 14 anos)	2.020	12,6
Femeas capazes de terem filhos (14 a 40 anos)	4.020	25,0
Velhas (acima de 40 anos)	1.520	9,5
Total mulheres	7.560	47,1
Crias de peito, machos e femeas, até 5 palmos (abaixo de 7 anos)	2.626	16,3
Total	16.056	100,0

Fonte: Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, p. 101, a partir de AHU, Angola, 1ª Secção, Cx. 77, Doc. 85, “1792, Angola, Convenção dos Dízimos”.

Em 1795, havia 5.066 casas de barro em Massangano, nas quais viviam 16.056 habitantes. Isso significa que havia 3,17 habitantes por casa, praticamente a mesma média encontrada por Curto para os presídios de Ambaca, Pungo Andongo e Muxima. Suspeitamos que esse número era o multiplicador utilizado por Alpoim e Castro para projetar as estruturas demográficas de Ambaca para as outras localidades.²⁸

Nosso próximo passo foi calcular a proporção de população masculina.²⁹ Não pudemos fazê-lo para todas as faixas etárias, já que as classes

sendo, portanto, válidas para análises demográficas. Abordamos o assunto com mais vagar em Corrêa. “Cambambe, Angola”, p. 182-191.

28 Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, p. 101.

29 A razão de masculinidade ou razão de sexo é calculada dividindo-se o número de homens de uma população pelo número de mulheres e multiplicando-se o resultado

utilizadas na Convenção dos Dízimos corresponderiam a grupos etários com recortes diferentes para mulheres e homens. Além disso, o grupo etário mais jovem (“Crias de peito, machos e fêmeas, até 5 palmos”), que corresponde às crianças até sete anos, não foi desagregado por gênero, não sendo possível, portanto, calcular sua razão de masculinidade. Todavia, é possível calcular tal indicador para a população de sete a catorze/quinze anos e para a população acima de catorze/quinze anos, lembrando que, para as mulheres, o grupo etário mais jovem era de sete a catorze anos e, para os homens, de sete a quinze. Calculamos também a porcentagem de crianças na população, considerando como tal os indivíduos abaixo de catorze/quinze anos. Os resultados deram origem às Tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Razão de masculinidade, Massangano, 1795

Idade	Razão de masculinidade
Crianças de 7 a 14/15 anos	103,3
Homens de 15 a 60/ mulheres de 14 a 40	62,7
Homens acima de 60/ mulheres acima de 40	83,5
Total acima de 7 anos	77,6

Fonte: Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, p. 101, a partir de AHU, Angola, 1a Seção, Cx. 77, Doc. 85, “1792, Angola, Convenção dos Dízimos”.

Ao analisar os dados de distribuição por gênero e idade do Vale do Cuanza, resumidos na Tabela 3, Curto salienta que havia um excesso de mulheres na população, contudo, não era uniforme em todos os grupos etários. Massangano apresentava a mesma tendência dos outros presídios constantes na fonte. No grupo mais jovem (meninas de sete a catorze anos e meninos de sete a quinze anos) haveria virtual equilíbrio entre a proporção de homens e de mulheres. No grupo etário de homens e mulheres adultos

por 100. Quando a razão de masculinidade é igual a 100, temos a mesma quantidade de homens e de mulheres em uma população. Quando é menor que 100, há um excesso de mulheres na população; quando é maior que 100, há um excesso de homens.

em idade (re)produtiva (homens de quinze a sessenta anos e mulheres de catorze a quarenta anos), as mulheres superaram em muito os homens. Vale notar que o excesso de mulheres era ainda mais expressivo, uma vez que o grupo de homens incluía uma faixa etária mais ampla do que o das mulheres. No grupo de “velhos e velhas” (homens acima de sessenta anos e mulheres acima de quarenta anos), as mulheres eram maioria, mas a desproporção era menos acentuada. Não estão claras as razões para essa redução da desproporção entre os gêneros no grupo de mais idade. Ela deve, em primeiro lugar, ser relativizada, já que, no grupo mais idoso, o intervalo etário das mulheres era mais amplo que o dos homens. Além disso, a redução da desproporção entre homens e mulheres no grupo etário mais idoso pode estar relacionada ao embarque de maior proporção de mulheres em um período anterior, mas também à mortalidade de mulheres devido a múltiplas gestações ou partos ou de desgaste físico em razão de trabalhos na agricultura.³⁰ De toda forma, a análise de Curto mostra que não havia excesso de mulheres em todas as faixas etárias em todos os lugares.

Tabela 4: Proporção de Crianças, Massangano, 1795

Faixa Populacional	N	%
População até 14/15 anos	6726	41,89
População acima de 14/15 anos	9.330	58,11
Total	16.056	100,00

Fonte: Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, p. 101, a partir de AHU, Angola, 1a Seção, Cx. 77, Doc. 85, “1792, Angola, Convenção dos Dízimos”.

A proporção de crianças na população era mais elevada do que o esperado, caso se confirme a massivo embarque e envio de crianças em Angola a partir do final do século XVIII. A população até catorze/quinze anos era de 6.726 pessoas (41,89%), enquanto a de adultos (acima dessa

30 Curto, “The Population of the Lower Kwanza Valley”, pp. 105-106.

idade) era de 9.330 (58,11%). É um percentual superior aos 34%, normalmente considerado como esperado em uma população naquela época e local que não tivesse sido afetada por variáveis externas como o comércio atlântico de escravizados.³¹

Questiona-se, assim, se os mapas de população elaborados posteriormente trazem estrutura populacional semelhante à revelada na Convenção dos Dízimos.

A população de Massangano de 1797 a 1829

Os mapas de população para Massangano, diferentemente da Convenção dos Dízimos, eram elaborados pelo capitão-mor ou regente do presídio. O responsável por sua elaboração era, portanto, um morador que, mesmo que utilizasse métodos para estimar a população, tinha um conhecimento mais profundo da realidade local. “Morador” era uma categoria social da época, que implicava mais que a simples residência em um lugar, sendo, portanto, diversa de “habitante”. Os moradores partilhavam do sentimento de pertencimento à monarquia portuguesa, tinham redes comuns de relações sociais, utilizavam nomes portugueses e adotavam práticas da religião católica. Além disso, os “moradores” tinham a vinculação direta ou indireta com o comércio atlântico e, em muitos casos, mantinham residência permanente em Luanda, Benguela ou nos sertões de onde eram naturais ou onde cultivavam vínculos de parentesco com os locais, o que lhes dava acesso às gentes dos sobados (mesmo que fossem ao Brasil ou a Portugal com frequência). Esses homens e mulheres formavam um grupo heterogêneo e têm sido reunidos artificialmente pelos historiadores sob o rótulo de “luso-africanos”. Essa categoria historiográfica reúne pessoas que, em sua época, não partilhavam de uma identidade ou de um sentimento de pertença a um grupo social e é, a nosso ver, ampla demais para ter utilidade epistemológica. Parece ser de maior utilidade o emprego do termo “morador”,

31 Lovejoy, “The Impact of the Atlantic Slave trade on Africa”, p. 384.

frequente na documentação, com a qual os atores do passado se identificavam.³² Em resumo, acreditamos que os elaboradores dos mapas eram moradores das regiões geográficas que recenseavam, com as quais estavam familiarizados. Thornton, tratando da produção dos mapas de 1777 e 1778, afirma que alguns condutores de censos, particularmente conhecedores das realidades locais, teriam sido capazes de produzir estimativas regionais diferenciadas, ancorados em ideias pessoais bastante confiáveis sobre a proporção de homens e mulheres. Acreditamos que essa afirmativa também seja válida para muitos dos mapas produzidos posteriormente.³³

De acordo com Domingues da Silva, Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e secretário de Estado da Marinha e domínios ultramarinos, enviou, em 1797, w instruções ao governador de Angola, D. Miguel António de Melo, baseadas em uma ordem régia, para que os levantamentos passassem a ser anuais e incluíssem, além de Luanda, também as populações dos presídios no interior. Sousa Coutinho solicitava o envio de informações muito mais detalhadas sobre a população. Tal norma levou a uma institucionalização dos mapeamentos de população. Em consequência, dos últimos anos do século XVIII até a década de 30 do século XIX, foram confeccionadas centenas de contagens populacionais das pessoas que viviam nos territórios que a Coroa considerava pertencentes à jurisdição dos distritos e presídios.³⁴ Os mapas elaborados entre 1797 e 1830 eram padronizados, podendo,

32 Carolina Perpétuo Corrêa. “Mais que Luso-Africanos: Características e identidades da população do Presídio de Cambambe e da Feira do Dondo (1790-1830)”, *Portuguese Studies Review*, v. 30, n. 2 (Winter 2022).  Também Gonçalves evita usar a designação “lusó-africanos”, que considera de pouca utilidade para a compreensão do contexto comercial do interior de Angola, em que sujeitos de diferentes posições sociais são artificialmente reunidos sob esse rótulo pela historiografia, preferindo utilizar termos da época. Ivan Sicca Gonçalves, “Projetos coloniais, agentes locais e o comércio de longa distância em Angola: considerações acerca da guerra preta contra o Dombe Grande (1846-1847)”, *Dados de África(s)*, v. 2, n. 4 (2021), p. 36. 

33 Thornton, “The Slave Trade”, p. 420.

34 Esse esforço por parte de Portugal para estimular a produção de levantamentos populacionais nos domínios ultramarinos também ensejou a produção de informação demográfica na América Portuguesa. De acordo com Tarcísio Botelho, a ordem régia de 17 de maio de 1776 levou tais procedimentos a passarem a figurar entre as obrigações dos governantes e tornaram o período entre 1776 e 1778 aquele em que são mais abundantes as respostas das capitanias às solicitações do Conselho Ultramarino. Para esse intervalo, o autor localizou

assim, ser comparados. Sua estrutura era diversa das contagens populacionais elaboradas anteriormente e continham informações detalhadas sobre vários aspectos da vida nos presídios.³⁵

Vale notar que o que os portugueses denominavam o Reino de Angola era um espaço descontínuo, formado por centros de poder administrativo e militar luso localizados nos presídios, vilas e cidades, que eram como ilhas, cercados por um mar de sobados, potentados e outros poderes autóctones que conservavam sua independência e autonomia. O universo abarcado por cada mapa de população era a jurisdição de cada um desses centros de poder administrativo e militar, que deveria, em tese, incluir o “presídio”, ou seja, uma fortaleza ocupada por militares que a guarneciam e as pessoas que residiam nas casas construídas ao seu redor, mas também nos sobados avassalados que a circundavam. Todavia, dependendo do regente que elaborava o mapa, as populações que habitavam os sobados que formalmente integravam a jurisdição do presídio poderiam não ser contabilizadas. As flutuações do total populacional entre um ano e outro podiam ser atribuídas a fatores como a mortalidade decorrente de epidemias ou ondas migratórias (inclusive de emigração forçada, isto é, de escravidão), mas podiam também simplesmente ocorrer porque o recenseador

no Arquivo Histórico Ultramarino a resposta de 14 entre as 19 capitanias existentes a tal demanda. Se o período for expandido para 1774 a 1780, todas as capitanias enviaram a Lisboa dados de população. Depois os levantamentos populacionais tornam-se mais esparsos e, como em Angola, voltam a ganhar fôlego em 1797, com a ordem régia de 21 de outubro naquele ano. Diferentemente da África Centro-Occidental, no entanto, para onde os mapas populacionais são mais abundantes entre 1797 e 1830, para a América Portuguesa, nesse segundo momento, as fontes encontradas são em número inferior às localizadas para 1774-1780. Para o período 1796-1798, Botelho localizou informações diretas para sete capitanias (Rio Negro, Pará, Piauí, São Paulo, Maranhão, Paraíba, Rio Grande de São Pedro, Rio de Janeiro e Santa Catarina). Tarcísio R. Botelho. “A População Colonial da América Portuguesa, 1770-1822” [não publicado]. De todo modo, a simultaneidade da produção de levantamentos demográficos na América Portuguesa e em Angola nos relembra de que tais documentos faziam parte de um mesmo movimento de alteração no esforço de colonização por parte do Iluminismo português.

35 Domingues da Silva, “The Early Population Charts”, p. 111.

de um ano cobrira uma área geográfica diversa da abarcada pelo oficial responsável pelo mapa do ano anterior ou seguinte.³⁶

Além disso, sobas “rebeldes” podiam decidir unilateralmente se “retirar” da jurisdição de um presídio para se furtarem às obrigações mais pesadas ali impostas. Isso aconteceu em 1804, quando sobas declararam que passaram da jurisdição de Golungo para a de Massangano, como aponta um relatório presente no Arquivo Histórico Ultramarino:

Não há de novo neste presente ano de que se deva fazer menção, e só o que ficou notado na observação dos Mapas do ano passado cujas razões existem No rol das Pessoas de ambos os sexos não contém dados dos Povos de Cazengo e seus sobas, que *incompetentemente se passaram desta para a jurisdição de Massangano os quais ainda conto como Jurisdição deste Distrito que sempre foram*, em quanto o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General não Mandar o contrário, pois mais perigo se faz que ditos Povos se conservam nessa Jurisdição por ser a própria deles, e aonde há muito Serviço relativo ao bem do Comércio, do que sem razão se passem para a de Massangano onde não há as mesmas Pessoas neste registro.³⁷

No caso de Massangano, que era uma vila, seria lógico supor que a documentação contivesse os dados referentes aos moradores da povoação, dos soldados da guarnição do presídio e dos habitantes dos sobados que formalmente pertenciam à sua jurisdição. Mas, como vimos, cada oficial poderia utilizar critérios diferentes na delimitação da área geográfica coberta em cada mapa populacional anual. A seguir, apresentaremos o universo populacional abarcado pela documentação de Massangano. Para tanto, examinaremos os dados de população total e a taxa de crescimento geométrico anual

36 Sobre a organização geopolítica de Angola, as pretensões de domínio portuguesas e a autonomia das autoridades locais, ver Carolina Perpétuo Corrêa. “Um reino em arquipélago: reflexões sobre a organização geopolítica de Angola no século XIX”. *Historiae*, Rio Grande, v. 10, n. 2 (2019), p. 33-66. ; Estevam C. Thompson, “Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX”, *Africana Studia*, v. 25 (2015), pp. 33-69. .

37 Ênfases nossas. AHU, Angola, 1ª Secção, Cx. 112, Doc. 52, “Mapa de População do Distrito do Golungo de 1804”. Grifos nossos. O Cazengo pertencia, na época, à jurisdição do Distrito do Golungo. Hoje, é um município situado a noroeste de Cambambe e ao sul do Golungo Alto.

(tabela 5 e gráfico 1), comparando-os depois com o número de casas de palha, com a população estimada residente nessas casas de palha e o número de sobas vassalos da jurisdição (Tabela 6).

Tabela 5: População total e taxa de crescimento geométrico anual, Massangano, 1795-1829

Ano	População total	Taxa anual de crescimento geométrico
1795	16.056	
1797	2.180	-63,2%
1799	6.623	74,3%
1804	7.634	2,9%
1809	8.195	1,4%
1815	9.449	2,4%
1818	8.858	-2,1%
1823	12.717	7,5%
1825	36.473	69,4%
1829	12.557	-23,4%

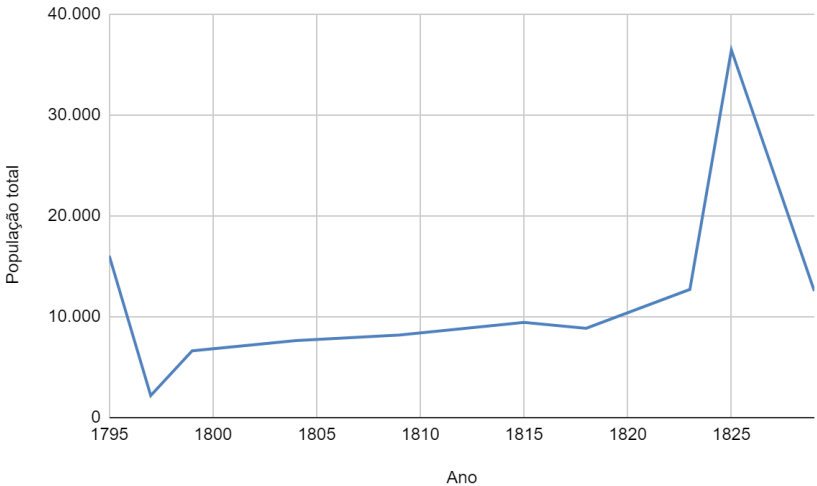
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1.

Sabemos que a metodologia de elaboração da Convenção, de onde retiramos os dados de 1795, era bem diversa daquela utilizada para a confecção dos mapas posteriores. Assim, a grande diferença no total populacional (crescimento negativo de 63,2%), entre 1795 e 1797, provavelmente tem mais relação com diferenças no território abarcado pela contagem do que com mudanças demográficas. Já os mapas elaborados de 1797 a 1829 provavelmente se referiam mais ou menos à mesma área geográfica. Sabemos que um mesmo oficial foi responsável pela elaboração de alguns deles. O capitão-mor José Ruiz Vaz foi responsável pelos mapas de 1797 e 1799. Bernardo Maurício Álvares da Costa Pinto era tenente-regente quando elaborou o mapa de 1818 e havia sido alçado ao posto de capitão-mor quando ficou responsável pelo de 1823. Similarmente, Manuel

Lourenço Vieira foi o responsável pelo mapa de 1825, ano em que sua patente está ilegível, e também pelo de 1829, quando era capitão-regente. Podemos supor que esses homens empregaram metodologia semelhante e cobriram a mesma área nos dois levantamentos que ficaram a seu cargo.

Produzimos, com base na Tabela 5, o Gráfico 1, que permite uma melhor visualização das tendências da população de Massangano ao longo desses pouco mais de trinta anos.

Gráfico 1: População total de Massangano, 1795 a 1825



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1.

Se desconsiderarmos os dados de 1795, obtidos com base em uma metodologia particular, percebemos que a tendência geral é de um leve crescimento da população. Há um crescimento mais acentuado em 1797 e 1799, de 74,3% ao ano, depois disso, o ritmo se estabiliza e as taxas de crescimento geométrico anual passam a variar entre 1,4 e 2,9% até 1815. Entre 1815 e 1818, há um decréscimo anual de 2,1%, talvez por causa do envio mais intenso da população cativa residente e de maiores taxas de escravização, relacionadas ao aumento da participação de Angola no

comércio atlântico de escravizados, com a proibição do tráfico ao norte do Equador. A tendência negativa é, contudo, pontual, e o crescimento entre 1818 e 1823 é retomado com intensidade maior que a anterior, com a taxa de crescimento geométrico anual atingindo 7,5% entre 1818 e 1823, e 69,4% entre 1823 e 1825. Entre 1825 e 1829, no entanto, a população experimentou o maior decréscimo de toda a série, e é tentador associá-lo às elevadas exportações de escravizados da África Centro-Occidental, relacionadas ao aumento da demanda brasileira por cativos no final da década de 1820, às vésperas da implementação da primeira lei que proibiu o comércio de escravizados para o Brasil em 1831. Embora as flutuações exacerbadas ocorridas entre 1797 e 1799 e entre 1823 e 1825 pareçam pouco críveis à primeira vista – e de fato elas o seriam em uma população estável – elas talvez possam ser explicadas pela centralidade do comércio de escravizados para a economia de Massangano, que poderia ter reflexos diretos em sua população residente. Explicaremos melhor nas linhas que se seguem.

Curto e Gervais atribuíram as flutuações na população escravizada luandense, especialmente a feminina, à inserção daquela cidade no tráfico atlântico, já que, de 1780 a 1830, Luanda havia sido o mais importante porto de embarque de escravizados para o Brasil, mesmo após a proibição formal do comércio de escravizados em 1831. Se a demanda por cativos era baixa, os escravizados que chegavam a Luanda não encontravam um mercado no Brasil imediatamente e acabavam retidos como parte da população cativa da cidade. Inversamente, quando a demanda atlântica era elevada, um “atraso” de um ou dois anos ocorria até que a produção de cativos no interior aumentasse, e a solução encontrada para rapidamente fornecer os escravizados requeridos era a de exportar a população escravizada residente na cidade. Talvez, algo semelhante ocorresse em Massangano. Embora a situação da importante cidade portuária de Luanda e a de Massangano, um povoado do interior, seja bem diversa, ambas as localidades têm em comum uma grande vinculação ao comércio atlântico de escravizados, o que certamente impactava sua população de forma análoga.³⁸

38 Curto e Gervais, “The Population History of Luanda”.

A população total constante nos mapas provavelmente dizia respeito à população da jurisdição como um todo, e não apenas a residente na vila. É o que depreendemos da análise da Tabela 6.

Tabela 6: População total, casas de palha e sobas vassalos, Massangano, 1795-1829

Ano	População total	Casas de palha	Nº casas x 3,17	Sobas vassalos
1795	16.056	5.066	16.059	
1797	2.180	185	586	15
1799	6.623	270	856	15
1804	7.634	320	1.014	26
1809	8.195	298	945	26
1815	9.449	4.000	12.680	28
1818	8.858	460	1.458	28
1823	12.717	9.990	31.668	28
1825	36.473	10.190	32.302	28
1829	12.557	1.880	5.960	28

Fonte: Elaborado a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1.

A Convenção dos Dízimos informa que a jurisdição abrigava 5.066 casas de palha em 1795. Dividindo a população total informada no documento por esse número, obtemos a média de 3,17 pessoa por casa, que, conforme dito acima, teria sido provavelmente o multiplicador utilizado por Alpoim e Castro para sua estimativa. Na Tabela 6, na quarta coluna, multiplicamos o número de casas informado em cada mapa pela razão de 3,17, em uma tentativa de estimar quantas pessoas residiam na vila em cada um dos anos estudados. É importante notar que na maior parte dos mapas para o Reino de Angola (e não apenas para Massangano), o número de casas informado era o daquelas localizadas apenas no entorno do presídio, e não na jurisdição como um todo. O padrão geral era que o entorno do presídio abrigasse apenas algumas centenas de casas, o que acreditamos ser válido para a Vila de Massangano. No entanto, nota-se uma excepcionalidade com o

aparecimento de milhares de casas nos mapas de 1815, 1823, 1825 e 1829, anos em que o oficial responsável provavelmente informou todas as casas existentes na jurisdição.

A última coluna da Tabela 6 mostra o número de sobas vassalos. Se examinarmos as variações nas taxas de crescimento geométrico anual, veremos que elas não guardam relação com o número de sobas, que tendeu a aumentar ao longo do tempo. Fica, portanto, evidente que as flutuações populacionais não podem ser creditadas ao avassalamento ou à rebeldia de sobas, e à consequente anexação ou desanexação formal de suas terras à jurisdição de Massangano.

De tudo o que foi dito até o momento, é importante salientar que: (1) a população total descrita nos mapas era a população da jurisdição, e não apenas da vila/presídio; (2) as suas flutuações não se deviam simplesmente à (des)anexação das terras de sobas, mas refletiam mudanças demográficas; (3) havia semelhanças nos critérios e na metodologia empregados na elaboração os mapas de 1797-1829, que eram diferentes dos critérios e da metodologia utilizados para a compilação da Convenção dos Dízimos.

Estrutura da população de Massangano quanto ao gênero

Passaremos agora à análise da estrutura por gênero da população de Massangano. Os dados estão resumidos na Tabela 7.

Tabela 7: Distribuição por gênero da população de Massangano, 1797-1829

Ano	Homens		Mulheres	Total	Razão de masculinidade
1797	Nº	1.269	835	2.104	152
	%	60	40	100	-
1799	Nº	3.681	2.883	6.564	128
	%	56	44	100	-
1804	Nº	3.956	3.678	7.634	108
	%	52	48	100	-
1809	Nº	5.028	3.167	8.195	159
	%	61	39	100	-
1815	Nº	6.270	3.179	9.449	197
	%	66	34	100	-
1818	Nº	6.610	2.248	8.858	294
	%	75	25	100	-
1823	Nº	6.337	6.380	12.717	99
	%	50	50	100	-
1825	Nº	19.070	17.403	36.473	110
	%	52	48	100	-
1829	Nº	6.416	6.141	12.557	104
	%	51	49	100	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1. A população total foi calculada somando-se homens e mulheres. Nas fontes, nos anos de 1797 e 1799, a soma de homens e mulheres era inferior ao total populacional explícito.

A análise da distribuição da população de Massangano quanto ao gênero, a partir dos dados dos mapas de população de 1797 a 1829, revela um panorama diverso daquilo que a historiografia tem defendido, divergindo também dos dados que aparecem na Convenção dos Dízimos. Nota-se um excesso de homens na maioria dos mapas anuais estudados (cinco dos nove). A proporção de homens tendeu a aumentar entre 1797 e 1818, tendo neste último chegado à mais elevada proporção encontrada em toda a série. A exceção nesse período é o ano de 1804, em que houve um virtual equilíbrio. Entre 1823 e 1829, a tendência também foi de equilíbrio. Esses achados repetem as tendências encontradas nas análises do caso de

Cambambe.³⁹ Mas, essas tendências se manteriam quando desagregamos os dados por idade e condição jurídico-social?

Antes de passarmos à análise, é necessário investigar a qualidade da informação para idade e condição. A Tabela 8 traz o percentual da população para o qual há informação sobre idade e condição.

Tabela 8: Percentual da população com informação sobre idade e condição, Massangano, 1797-1829

Ano	Total	Com informação sobre idade		Com informação sobre condição
1797	2.180	Nº	1.251	841
		%	57,39%	38,58%
1799	6.623	Nº	5.564	6.564
		%	84,01%	99,11%
1804	7.634	Nº	7.634	7.634
		%	100,00%	100,00%
1809	8.195	Nº	9.213	8.442
		%	112,42%	103,01%
1815	9.449	Nº	5.011	5.989
		%	53,03%	63,38%
1818	8.858	Nº	5.280	8.096
		%	59,61%	91,40%
1823	12.717	Nº	5.879	12.650
		%	46,23%	99,47%
1825	36.473	Nº	5.937	15.646
		%	16,28%	42,90%
1829	12.557	Nº	12.557	12.487
		%	100,00%	99,44%

Fonte: Elaborado a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1.

39 Corrêa. “Cambambe, Angola”, pp. 283-318.

Analizando a Tabela 8, percebe-se que apenas dois mapas (1804 e 1829) têm informação sobre idade para toda a população coberta pelo mapa. Em outro mapa (1809), o oficial levantou dados etários para mais pessoas do que as informações transcritas nos campos reservados para os totais. Outros quatro mapas trazem informação etária para mais da metade da população, um traz para 46% e outro para apenas 16%. A qualidade da informação sobre condição é um pouco melhor. Seis dos nove mapas trazem dados sobre condição para mais de 90% da população. O mapa de 1815 traz para 63%, o de 1825 para 42%, e o de 1797 para 38%. Isso significa que, ao analisar os dados por idade e condição, estamos lidando com contingentes populacionais diferentes dos relativos à população total, que tinham suas próprias estruturas demográficas.

Quando analisamos a razão de masculinidade por idade, nos mapas, encontramos distribuições por gênero diferentes nas diversas faixas etárias?

Tabela 9: Razão de masculinidade, por idade, e proporção de crianças, por gênero, Massangano, 1797-1829

Ano		Até 14	Razão de masculinidade	Maior de 14	Razão de masculinidade	Percentual de crianças
1797	Homem	198	204	638	201	23,68%
	Mulher	97	-	318	-	23,37%
	Total	295	-	956	-	23,58%
1799	Homem	830	195	2.331	118	26,26%
	Mulher	426	-	1.977	-	17,73%
	Total	1.256	-	4.308	-	22,57%
1804	Homem	1.142	91	2.814	116	28,87%
	Mulher	1.252	-	2.426	-	34,04%
	Total	2.394	-	5.240	-	31,36%
1809	Homem	1.197	137	3.747	110	24,21%
	Mulher	871	-	3.398	-	20,40%
	Total	2.068	-	7.145	-	22,45%

Ano		Até 14	Razão de masculinidade	Maior de 14	Razão de masculinidade	Percentual de crianças
1815	Homem	1.176	139	1.361	84	46,35%
	Mulher	845	-	1.629	-	34,16%
	Total	2.021	-	2.990	-	40,33%
1818	Homem	1.246	125	1.331	78	48,35%
	Mulher	995	-	1.708	-	36,81%
	Total	2.241	-	3.039	-	42,44%
1823	Homem	1.206	99	1.521	79	44,22%
	Mulher	1.216	-	1.936	-	38,58%
	Total	2.422	-	3.457	-	41,20%
1825	Homem	1.219	100	1.547	79	44,07%
	Mulher	1.225	-	1.946	-	38,63%
	Total	2.444	-	3.493	-	41,17%
1829	Homem	3.405	108	3.011	101	53,07%
	Mulher	3.157	-	2.984	-	51,41%
	Total	6.562	-	5.995	-	52,26%

Fonte: Elaborado a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1.

De acordo com os dados da Tabela 9, a razão de masculinidade variava de acordo com a idade. Em oito dos nove anos analisados havia proporcionalmente mais homens na faixa etária até catorze anos do que entre os adultos. Apenas em 1804 havia proporcionalmente mais mulheres entre os mais jovens do que entre os mais velhos. Na população até catorze anos, em seis dos nove anos analisados havia mais homens que mulheres, em dois anos havia equilíbrio, e apenas em 1804 havia um excedente de mulheres. Em suma, entre as crianças, era frequente que houvesse um excedente de meninos. Na população acima de catorze anos, aqui considerada como adulta, o quadro era bem diferente. Nos primeiros quatro anos da série, até 1809, havia mais homens que mulheres. A partir de então, de 1815 a 1825, as mulheres passaram a ser majoritárias. A tendência foi de decréscimo

da razão de masculinidade entre 1797 e 1825. Apenas em 1829 houve um equilíbrio na distribuição entre os gêneros. Vale notar que esses são os anos de maior intensidade nas exportações de escravizados a partir da região.

Quando passamos à análise do percentual de crianças na população total, percebemos uma tendência de aumento com o passar do tempo. Assim, em 1797, a proporção de crianças era apenas 23,6%; em 1804, 31%; entre 1815-1825, oscilou entre 40 e 42%; e, em 1829, era 52%. Caso o comércio atlântico estivesse levando muitas crianças desde o final do século XVIII, esse impacto teria sido sentido nas décadas de 1790 e 1800, e não mais tarde.

Em geral, a proporção de crianças era maior entre os homens que entre as mulheres. Em 1797, as proporções de crianças nas populações masculina e feminina eram iguais. Em 1804 havia proporcionalmente mais crianças entre a população feminina que entre a masculina. Mas, em todos os outros anos (1799, 1809, 1815,1818, 1823, 1825 e 1829), havia proporcionalmente mais crianças entre as populações masculinas que entre as femininas.

Esses achados subvertem a noção de que a massiva embarque de meninos escravizados teria levado a uma população remanescente com um excedente de meninas. Ademais, mostram como é importante desagregar os dados por idade.

Passaremos agora à análise dos dados por condição, livre e escrava, reunidos na Tabela 10.

Tabela 10: Razão de masculinidade, por condição, e proporção de escravizados, Massangano, 1797-1829

Ano	Gênero	Livre	Razão de Masculinidade	Escravizado	Razão de Masculinidade	Total
1797	Homem	52	80	377	109	429
	Mulher	65	-	347	-	412
	Total	117	-	724	-	841
	%	14	-	86	-	100

Ano	Gênero	Livre	Razão de Masculinidade	Escravizado	Razão de Masculinidade	Total
1799	Homem	3.161	132	520	108	3.161
	Mulher	2.403	-	480	-	2.883
	Total	5.564	-	1.000	-	6.564
	%	85	-	15	-	100
1804	Homem	3.635	110	321	87	3.956
	Mulher	3.307	-	371	-	3.678
	Total	6.942	-	692	-	7.634
	%	91	-	9	-	100
1809	Homem	4.663	152	400	132	5.063
	Mulher	3.077	-	302	-	3.379
	Total	7.740	-	702	-	8.442
	%	92	-	8	-	100
1815	Homem	4.655	1.184	601	177	5.256
	Mulher	393*	-	340	-	733
	Total	5.048	-	941	-	5.989
	%	84	-	16	-	100
1818	Homem	6.672	1.414	640	205	7.312
	Mulher	472*	-	312	-	784
	Total	7.144	-	952	-	8.096
	%	88	-	12	-	100
1823	Homem	3.516	103	2.780	95	6.296
	Mulher	3.428	-	2.926	-	6.354
	Total	6.944	-	5.706	-	12.650
	%	55	-	45	-	100

Ano	Gênero	Livre	Razão de Masculinidade	Escravizado	Razão de Masculinidade	Total
1825	Homem	3.521	103	2.788	47	6.309
	Mulher	3.411	-	5.926	-	9.337
	Total	6.932	-	8.714	-	15.646
	%	44	-	56	-	100
1829	Homem	6.116	105	260	93	6.376
	Mulher	5.831	-	280	-	6.111
	Total	11.947	-	540	-	12.487
	%	96	-	4	-	100

Fonte: Elaborado a partir de dados dos documentos constantes do Quadro 1.

Começaremos analisando o percentual de população residente escravizada. Salientamos que esses números não incluem a população escravizada já destinada à exportação – quando essa informação está presente nos mapas, ela vem em outro campo, denominado “Exportação do comércio”, que traz o número de cativos, libras de cera e pontas de marfim exportados a cada ano.

De acordo com a Tabela 10, em 1797, um total de 86% da população era escravizada. Isso provavelmente se deve ao fato de só terem sido contabilizados os moradores e seus cativos (e não outras parcelas da população). Daí em diante, temos proporções bem mais modestas de população escravizada, variando ainda assim grandemente, entre 4 e 56%. Acreditamos que esses dados se refiram a um mínimo de população escravizada. Nos anos em que ela é muito baixa, como 1829, talvez tenham sido contabilizados apenas os escravizados de propriedade dos moradores, e não os escravizados residentes nos sobados. Ainda assim, a grande oscilação sugere que, nos momentos de pouca demanda atlântica, parte da população escravizada fosse incorporada à população escrava residente, e, inversamente, quando ocorriam aumentos abruptos na demanda externa por mão de obra cativa,

parte da população escravizada residente fosse embarcada como um modo de atender a essa demanda.

Quanto à razão de masculinidade por condição, percebemos que a proporção de homens tende a ser menor entre os escravizados. Há proporcionalmente mais homens entre os escravizados que entre os livres em 1797. A proporção de mulheres é maior entre os escravizados do que entre os livres em 1799, 1804, 1809, 1823, 1825 e 1829. Os dados para 1815 e 1818 devem ser desconsiderados.⁴⁰ Em suma, olhando por outro ângulo, havia proporcionalmente mais mulheres entre a população escravizada que entre a população livre.

É interessante notar que, em seu estudo sobre a população de Caconda, Cândido, que encontrara uma população preta total majoritariamente feminina até 1844, constatou que entre 1797 e 1825 a população escravizada era predominantemente feminina, mas que após 1825 o número de mulheres escravizadas sofreu uma redução, com o consequente aumento da proporção de homens, e, a partir desse momento, a população escravizada tornou-se predominantemente masculina.⁴¹ Trata-se de um padrão diferente do que encontramos para Massangano, embora as duas regiões tenham em comum um seu papel de entrepostos importantes no comércio atlântico de escravizados.

Os dados para Massangano parecem corroborar a visão mais tradicional de um grande contingente de mulheres africanas escravizadas:

40 Havia provavelmente mais mulheres livres que as informadas nos mapas de 1815 e 1818. Em 1815, por exemplo, há um total explícito de 3.179 mulheres na jurisdição de Massangano. Todavia, no campo “Estados”, aparecem 3.240 mulheres casadas, 42 solteiras e 24 viúvas, enquanto no campo “Condição”, aparecem apenas 393 livres e 340 escravizadas. Dessas mulheres para as quais foi informada a condição (e que somam mais que o total de mulheres explícito), uma proporção razoável certamente era de livres. Em 1818, a situação é semelhante. É informado um total de 2.248 mulheres. No campo “Estado”, consta que havia 3.240 solteiras, 60 casadas e 27 viúvas. Já no campo “Condição”, constam meras 472 “livres e 312 “escravas”. A fonte é claramente inconsistente. Assim, tanto em 1815 quanto em 1818, das mulheres existentes na jurisdição, provavelmente entraram na contagem proporcionalmente mais mulheres escravizadas que livres, o que levou a uma razão de masculinidade tão distorcida. Ou seja, a razão de masculinidade dos anos de 1815 e 1818 provavelmente reflete um viés da fonte e não um desequilíbrio acentuado entre os gêneros.

41 Cândido, “Enslaving Frontiers”, p. 210.

o outro lado da moeda do envio massivo de homens pelo Atlântico. Todavia, o quadro é mais complexo. Mesmo entre os escravizados, os homens superavam as mulheres em três dos nove anos estudados. Em 1818, havia dois homens para cada mulher. Em outros quatro anos, havia virtual equilíbrio entre os gêneros. E apenas em 1804 e 1825, havia mais mulheres que homens.

Considerações finais

A noção de que as populações residentes nas regiões da África fornecedoras de escravizados para o comércio atlântico seriam caracterizadas por um grande excedente de mulheres e um baixo percentual de crianças, especialmente a partir do final do século XVIII, não pode ser aplicada de forma universal. Conclusões sobre a demografia das regiões de África afetadas pelo tráfico precisam se assentar sobre pesquisas empíricas baseadas em dados sobre populações locais no período enfocado. Embora isso pareça óbvio, até há cerca de duas décadas esse procedimento metodológico nem sempre embasava as pesquisas historiográficas.

Até os anos 2000, as diferentes posições sobre os impactos do comércio atlântico na África raramente eram sustentadas por evidências sobre populações do interior do continente relativas ao marco temporal da pesquisa. Há muitos estudos sobre a composição demográfica das populações de escravizados levados pelo tráfico, seja com base em dados sobre desembarques, seja em dados sobre embarques, mas esses estudos não se referem diretamente às populações residentes em África, ou quando o fazem, é partindo da demografia das populações transportadas pelos navios negreiros ou de analogias com populações escravizadas residentes nas Américas. Quando o objeto são as populações africanas, sua estrutura quanto ao gênero e o percentual de escravizados domésticos, muitos dos estudos se basearam ora em retroprojeções de dados populacionais do século XX,

ora em extrapolações a partir de documentos produzidos em um local específico para um território maior, ou então em modelos demográficos.⁴²

Ao longo das duas últimas décadas, houve um interesse renovado pela demografia de Angola e surgiram muitos trabalhos sobre as populações do interior ancorados em evidências empíricas.⁴³ O estudo aqui apresentado vem se somar a esse corpo historiográfico. O caso de Massangano é revelador, pois destoa de algumas das máximas aceitas tanto pela historiografia mais antiga como pela mais recente: não encontramos um grande excedente de mulheres em idade fértil, tampouco um baixo percentual de crianças, especialmente entre os meninos. Ao contrário, ao analisarmos o

42 Para uma crítica à historiografia sobre os efeitos demográficos do tráfico até 1990, ver José C. Curto, “Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África”.

43 Ver, por exemplo: Cândido, “Enslaving Frontiers”; Mariana P. Candido, “Trade, Slavery and Migration in the Interior of Benguela: The Case of the Caconda, 1830-1870” in Beatrix Heintze and Achim von Oppen (eds.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History* (Frankfurt am Main: Lembeck, 2008), pp. 63–84; Carvalho e Guedes, “Piedade, sobas e homens de cores honestas”; Roberto Guedes. “Mudança e silêncio sobre a cor: São Paulo e São Domingos (séculos XVIII e XIX)”, *Revista Africana Studia*, v. 14 (2010), pp. 93-118. ; Roberto Guedes. “Branco africano: notas de pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII)” in Roberto Guedes (Org.). *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (Séculos XVII-XIX)* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2011), pp. 19-33; Roberto Guedes, “Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII)” in G. C. M Silva et al (org.), *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico* (Recife: Editora Universitária, 2012), pp. 369-398; Maximiliano M. Menz; Gustavo Acioli Lepos. “A população do Reino de Angola durante a Era do Tráfico de Escravos: um exercício de estimativa e interpretação”, *Revista de História*, n. 177 (2018), pp. 1-35. ; Esteban Salas, “Women and Food Production: Agriculture, Demography, and Access to Land in Late-Eighteenth Century Catumbela” in Mariana Candido and Adam Jones (eds), *African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability and Mobility, 1660-1880* (Rochester: James Currey, 2019), pp. 55–69; Jelmer Vos and Paulo T. de Matos, “The demography of slavery in the coffee districts of Angola, c. 1800–70”, *The Journal of African History*, v. 62 (2021), pp. 213-234. ; Tracy Lopes, “The ‘Mine of Wealth at the Doors of Luanda’: Agricultural Production and Gender in the Bengo” in Ana Roque and Manuela Torrão (eds.), *O Colonialismo Português – Novos Rumos da Historiografia dos PALOP* (Porto: Edições Húmus, 2013), pp. 177-205; Curto, “The Population of the Lower Kwanza”; José C. Curto and Arshad Desai, “The Early Demography of Moçamedes, Angola, 1839-1869: A Preliminary Analysis”, *Revista HISTORIÆ*, n. 10 (2019), pp. 11-32. ; José C. Curto, “Women Along the Catumbela River, 1797: Land Ownership, Agricultural Production, Labour, and Trade”, *Canadian Journal of African Studies*. 54 (2020), pp. 373-393. 

total da população, deparamo-nos com um excesso de homens na maioria dos anos estudados (cinco dos nove mapas). Quando desagregamos os dados por idade, também ficamos surpresos ao não encontrar o alardeado excesso de meninas, que se tornaria maior com o passar dos anos, à medida que o tráfico levasse homens cada vez mais jovens. É verdade que a tendência foi de decréscimo da razão de masculinidade entre 1797 e 1825 entre as crianças, mas era frequente que houvesse um eventual excedente de meninos entre as pessoas com menos de 14 anos. Na população acima de 14 anos, entre 1797 e 1809, havia mais homens que mulheres. De 1815 a 1825, as mulheres passaram a ser majoritárias. Quando examinamos a proporção de crianças no total da população, a tendência foi de aumento com o passar do tempo (e não de diminuição, como se deveria supor). De modo geral, havia proporcionalmente mais crianças entre pessoas do gênero masculino do que entre as do gênero feminino. No entanto, quando passamos a analisar a população escravizada, a fórmula estabelecida pela historiografia de que nela abundavam as mulheres se confirma. As razões de masculinidade entre populações escravizadas eram mais baixas do que dentre populações livres.

As razões por trás dessa estranha estrutura demográfica devem ser estudadas com base em outros tipos de fontes, já que os mapas de população trazem poucas pistas. Mas essa breve investigação serviu de lembrete sobre a importância de se recorrer a dados populacionais da época quando o assunto é a demografia de sociedades africanas do passado. Ignorar tais dados nos traria o risco de repetirmos acriticamente suposições e generalizações.

Recebido em 19 abr. 2024

Aceito em 04 set. 2024

doi: 10.9771/aa.v0i71.60752

Este trabalho investiga se evidências empíricas confirmam o pressuposto comumente aceito pela historiografia de que a demografia das áreas de África afetadas pelo comércio atlântico de escravizados seria caracterizada por um excesso de mulheres em suas populações e por um baixo percentual de crianças. Tal pressuposto frequentemente permeia pesquisas que abordam regiões amplas em anos específicos. A pesquisa inova metodologicamente ao se propor a alargar o intervalo temporal e reduzir o intervalo espacial. Busca-se examinar a estrutura por gênero e idade da população da Vila de Massangano e sua jurisdição, em Angola, com base em mapas de população escolhidos de modo a cobrir três décadas entre o final do século XVIII e o início do XIX. O caso de Massangano é revelador, pois em muitos sentidos sua estrutura destoa dos axiomas tradicionalmente aceitos pela historiografia.

História da África | Angola | Demografia histórica | Massangano | Séculos XVIII e XIX

**THE DEMOGRAPHICS OF AGE AND GENDER IN MASSANGANO, ANGOLA
(1795–1829)**

This work investigates whether empirical evidence confirms a commonly accepted assumption about the demographics of the parts of Africa affected by the transatlantic slave trade: that they were characterized by an excess of women and a low proportion of children. This idea tends to pervade studies of large geographical areas that focus on specific years. This paper takes a new approach, examining the demographics of age and gender in a small geographical area, the Angolan town of Massangano, over a larger period of time, based on three decades of population maps encompassing the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century. The results show that to a large degree the age and gender distribution of the town's population does not correspond to the axioms traditionally accepted by historiography.

African history | Angola | Historical demographics | Massangano |
Eighteenth and nineteenth centuries